

Sociologia do Negro Brasileiro

CLÓVIS MOURA

São Paulo: Editora Ática, 1988. 250 p.

358

Joana Moscatelli ¹



Um dos mais importantes autores do pensamento social racial brasileiro, Clóvis Moura usou o marxismo como ferramenta para pensar o Brasil e a questão racial. Militante comunista, Moura sempre defendeu a importância das relações raciais na luta anticapitalista nacional. Apesar de como muitos pensadores e atores sociais negros ser muitas vezes esquecido pela intelectualidade acadêmica, Moura ainda hoje tem muito a contribuir para a transformação da sociedade brasileira.

Nascido na cidade de Amarante, no Piauí, em 1925, Clóvis Moura faleceu em São Paulo, em 2003. Sua última obra publicada em vida foi *Dialética Radical do Brasil Negro*, em 1994. No entanto, o foco dessa resenha é o livro *Sociologia do Negro Brasileiro*, lançado em 1988. Segundo o próprio Moura, a publicação é uma síntese de 20 anos de pesquisa e já antecipa alguns conceitos que ele iria trabalhar em 1994.

Dessa forma, no então centenário do fim do sistema formal da escravidão, Moura lembra que a estrutura escravocrata permanece basicamente a mesma depois de 1888, já que os mecanismos de dominação

¹ Mestranda em Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH/UFRJ). Especialista em Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (PUC-RJ). Bacharel em Jornalismo (ECO-UFRJ). | joanamoscatelli@gmail.com



e opressão foram mantidos e até aperfeiçoados. Segundo Moura, o racismo permanece como um elemento constitutivo da nova etapa do capitalismo dependente brasileiro que sustenta os privilégios da branquitude.

Para Moura, a sociedade brasileira adotou a ideologia do colonialismo na medida em que continuou a associar a ideia de civilização à branquitude e negar qualquer tipo de humanidade ao negro. Dessa maneira, a estrutura escravista permanece dentro da nova fase do capitalismo em que o Brasil se insere. Segundo Moura, a abolição não ofereceu mobilidade social ao negro descendente do antigo escravizado mas o marginalizou por meio de mecanismos seletivos ideológicos que justificam essa “imobilização estrategicamente montada”. (MOURA.1988. p.72)

Com uma perspectiva marxiana, Moura propõe uma “modificação desalienadora do pensamento do brasileiro preconceituoso e racista”. Para ele, somente por meio da perspectiva negra seria possível, então, romper com a alienação que gera até hoje o racismo na sociedade brasileira.

A herança da escravidão que muitos sociólogos dizem estar no negro, ao contrário, está nas classes dominantes que criam valores discriminatórios através dos quais conseguem barrar, nos níveis econômico, social, cultural e existencial a emergência de uma consciência crítica negra capaz de elaborar uma proposta de nova ordenação social e de estabelecer uma verdadeira democracia racial no Brasil (MOURA, 1988, p.70).

Ainda segundo Moura, o mito da “democracia racial” funciona como um meio de desarticular a consciência crítica e perpetuar a discriminação, o racismo e o extermínio contra o negro. É uma ideologia que justifica a discriminação e responsabiliza o próprio negro pela sua imobilidade social.

Moura questiona ainda a historiografia “oficial” brasileira que ofuscou a participação negra na construção do país. O autor foi o primeiro a resgatar a história dos quilombos e outras revoltas no Brasil e a dar ênfase no processo de resistência do negro ao escravismo. Para ele, a luta dos escravizados foi um elemento de desgaste permanente no sistema escravista. (MOURA. 1988. p. 227)

Moura trabalha com o conceito de “práxis negra” que relaciona com o processo de reconstrução simbólica do negro como sujeito, autor de sua própria história. A “práxis” é vista como ação de rebeldia e resistência à



estrutura escravista que o oprime. Para o autor, grande parcela da população brasileira introjetou a ideologia da brancura que inferioriza o negro e categoriza os brasileiros de acordo com os tons da pele.

Nesse sentido, a construção de estereótipos negativos associados à negritude funciona como uma maneira de barrar o negro não só do mercado de trabalho como de qualquer forma de integração social. Juntamente com as medidas de repressão durante e após a escravidão, mecanismos simbólicos como a difusão de estereótipos foram desenvolvidos para manter os privilégios aos brancos.

Para Moura, quando o negro deixa de ser escravizado, ele não só é marginalizado do sistema de trabalho assalariado como passa a ser associado a estereótipos negativos como de bêbados, indolentes, preguiçosos e perigosos.

Terminada a escravidão, o negro foi atirado compulsoriamente às grandes cidades em formação, procurando trabalho. O grupo migratório estrangeiro, no entanto, já entrava maciçamente no sentido de excluí-lo do centro do sistema de produção que se dinamizava. Ele sobrou nesse processo. O preconceito de cor, neste contexto, funcionava como elemento de barragem permanente. Estereótipos eram elaborados para justificar-se porque ele não era aproveitado, criando-se um complexo de ideias justificadoras capazes de racionalizar essa barragem. E aquele elemento humano, que durante quase quatro séculos foi o único trabalhador da sociedade brasileira, passou a ser considerado preguiçoso, ocioso, de má índole para o trabalho (MOURA, 1983, p. 11).

Mecanismos formais e informais começam a ser criados para excluir o negro e sempre relacioná-lo à criminalidade. Constrói-se uma imagem negativa do negro que passa a ser um eterno criminoso em potencial. Basta ser negro para ser suspeito e muitas vezes, inclusive, condenado injustamente.

O negro, por isto mesmo, é apresentado com modelo de delinquente da nossa sociedade. De Zumbi a João Cândido, nunca o negro foi julgado como preso político, mas, sempre, como criminoso comum. A imagem do negro



criminoso, bicho-papão invocado pelas mães quando os filhos não querem dormir, tido como criminoso contumaz pelos órgãos de repressão, é uma constante no subconsciente do brasileiro. Essa imagem, esse símbolo, não passa de uma justificativa das classes dominantes no sentido de mantê-lo nas favelas, alagados, cortiços, pardieiros e invasões de um lado e, de outro, impedir que os trabalhadores engajados no processo de trabalho reivindicuem melhores condições de vida e distribuição de renda, porque há permanentemente, uma massa de pressão marginalizada mantida pelo modelo neste sentido (MOURA, 1983, p. 26).

Assim como o mito da “democracia racial”, o discurso liberal e a narrativa da guerra às drogas, adotados, em geral, no discurso hegemônico da sociedade brasileira, mascaram o racismo nas relações sociais e institucionais brasileiras.

Esta falta de perspectiva que impede ver-se a ponte entre o problema do negro e os estruturais da sociedade brasileira, isto é, supor-se que o negro, através da cultura, poderá dirigir uma multinacional, bem demonstra o nível de alienação sociológica no raciocínio de quem expôs o problema desta forma. O problema do negro tem especificidades, particularidades e um nível de problemática muito mais profundo do que o do trabalhador branco. Mas, por outro lado, está a ele ligado porque não se poderá resolver o problema do negro, a sua discriminação, o preconceito contra ele, finalmente o racismo brasileiro, sem atentarmos que o racismo não é epifenomênico, mas tem causas econômicas, sociais, históricas ideológicas que alimentam o seu dinamismo atual (MOURA, 1988, p. 10).

Negar ou mesmo silenciar sobre a discriminação e a desigualdade racial no Brasil contribui para a reprodução do racismo e não questiona a difusão de estereótipos negativos ligados às pessoas negras. A imagem do negro como um criminoso vem sendo construída há séculos no Brasil com o objetivo de naturalizar os privilégios da branquitude.

No Brasil, a cor ou a raça (como construção social) carrega o estigma do crime e da ameaça. Se durante o período da escravidão, as pessoas



negras foram exploradas e desumanizadas, com a Abolição, a marginalização permaneceu de forma, por vezes, diferente, mas não menos impactante. Todo um campo simbólico e imaginário social foi construído para criminalizar os não-brancos e estigmatizá-los.

Dessa forma, a publicação de Clóvis Moura auxilia na compreensão do processo histórico e social que construiu no imaginário social brasileiro o negro como criminoso. No Brasil, desde a sua formação como colônia, foram desenvolvidos mecanismos não só repressivos como ideológicos para justificar os privilégios dos brancos e a exploração e extermínio de negros e indígenas. A construção de valores negativos ligados à negritude foi uma dessas estratégias para naturalizar as desigualdades no tratamento entre brancos e não-brancos.

Como um país construído dentro da lógica colonial moderna e a partir de pelo menos dois genocídios, o Brasil até hoje convive com uma mentalidade elitista e racista que consolida muitos estigmas e marginalizações. Os povos indígenas que viviam no território que hoje chamamos de Brasil foram massacrados e reduzidos a uma minoria que ainda luta pelo que lhes restou da sua cultura, identidade e território. Da mesma forma, negras e negros africanos e afrodescendentes foram escravizados e torturados e, hoje, mesmo sendo a maioria da população, são o alvo principal de políticas de segurança racistas.

Um país com uma herança tão violenta tem o enorme desafio de romper com estigmas e preconceitos consolidados. Nesse sentido, *Sociologia do Negro Brasileiro* permanece como um livro essencial para transformar não só o pensamento e o imaginário social como as práticas e relações sociais racistas que persistem na sociedade brasileira. A partir de sua leitura marxista, Moura nos propõe uma postura crítica aos padrões e regras racistas estabelecidos como "normais". E mais do que isso, ele também resgata a memória dos atores sociais negros silenciados pela história oficial e inspira ativistas e militantes como ele a reivindicar a transformação da consciência e da estrutura escravocrata e racista da sociedade brasileira.

Referências

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

Recebido em 14 out. 2020 | aceite em 28 jan. 2021

